

PRODUÇÃO DE SENTIDOS E SEXUALIDADE NA JUVENTUDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*PRODUCTION OF MEANINGS AND SEXUALITY IN YOUTH: AN ACCOUNT OF
EXPERIENCE*

Camila Maffioletti Cavaler¹
Giovana Ilka Jacinto Salvaro²

Resumo

O presente artigo traz um relato de experiência de estágio em Psicologia Social, realizado com aproximadamente 80 jovens com idades entre 14 e 19 anos. O objetivo foi problematizar a responsabilidade, historicamente atribuída às mulheres, pelos cuidados relativos à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e à gravidez não planejada. As atividades foram realizadas por meio de módulos temáticos. Desse modo, a presente produção versará sobre o encontro temático que abordou questões relacionadas à sexualidade na juventude. Como metodologia para a realização do encontro, abordamos os assuntos com o auxílio de recursos audiovisuais e de dinâmicas psicoeducativas, assim direcionando o encontro de acordo com as dúvidas e as inquietações dos/as próprios/as jovens. A maioria dos/as participantes afirmou que a sexualidade é tratada de maneira diferente para os homens e as mulheres. Foi possível perceber a culpabilização da mulher por uma gravidez não planejada. Além disso, muitos/as jovens percebem a gravidez na adolescência não como algo somente negativo, mas como possibilitador da reestruturação de vivências. A sexualidade na juventude se mostrou um elemento produtor de identidade marcado por questões de gênero. Entende-se aqui a importância de ampliar discussões sobre as temáticas, considerando os marcadores analíticos de gênero e geração, abrindo mão de moralidades conservadoras que perpetuam desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; juventude; gravidez na adolescência; IST.

Abstract

This article presents an experience on social psychology, conducted with approximately 80 young people, ranging from 14 to 19 years of age. The objective was to problematize the responsibility, historically attributed to women, for care related to the prevention of Sexually Transmitted Infections (STIs) and unplanned pregnancy. The activities were carried out through thematic modules. In this way, the present production will focus on the thematic meeting that addressed issues related to sexuality in youth. As a methodology for conducting the meeting, we approach the issues with the help of audiovisual resources and psychoeducational dynamics, thus, it is possible to direct the meeting according to the doubts and concerns of the young people themselves. Most of the participants stated that sexuality is treated differently for men and women. It was also possible to see the blame of the woman for an unplanned pregnancy. Moreover, many young people do not perceive pregnancy in adolescence not as something only negative, but as an enabler of the restructuring of experiences. Sexuality in youth has shown itself to be an element that produces gendered identity. It is understood here the importance of expanding discussions on the themes considering the analytical markers of gender and generation, thereby giving way to conservative morals that perpetuate inequalities between men and women.

Keywords: Gender; sexuality; youth; teenage pregnancy; STI.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Email: camilamaffioletti@hotmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2417-8017>

² Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil; Email: giovanailka@gmail.com; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0884-1923>

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir da experiência no estágio obrigatório de Psicologia Social, do curso de Psicologia, no primeiro semestre de 2018, realizado em uma Organização Não Governamental (ONG) do sul do estado de Santa Catarina. O estágio envolveu, aproximadamente, 80 jovens com idades entre 14 e 19 anos, que participavam de um programa intitulado Jovem Aprendiz, coordenado pela referida ONG. O estágio foi estruturado em seis módulos temáticos, que versaram sobre desigualdades de gênero, sexualidade na juventude, violência entre o casal e trabalho. De acordo com a proposta de cada módulo, foram organizados quatro grupos, cujas atividades com cada um deles foram realizadas em encontros quinzenais. O artigo apresenta o relato de experiência do segundo módulo, que versa sobre a sexualidade na juventude, e teve como objetivo problematizar a responsabilidade, historicamente atribuída às mulheres, pelos cuidados relativos à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e à gravidez não planejada. O debate sobre a sexualidade foi fundamentado em estudos de gênero. Aqui, entendemos gênero a partir dos estudos propostos por Joan Scott (1995), no sentido de que a relação entre os sexos não é limitada pela biologia e inclui relações sociais: “(1) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Tais significados, ainda, subjagam mulheres à condição de segundo sexo (Beauvoir, 2019).

A sexualidade aqui entendida, então, envolve uma vida sexual ativa, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo e reprodução. É experimentada e expressada pelos/as jovens através do desejo, das fantasias, das atitudes, dos valores, das práticas e dos relacionamentos, sendo indissociável do prazer. Envolve, além do corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas e nossa cultura (Bortolini *et al.*, 2014).

Para Silva e Abramovay (2007), a iniciação sexual perpassa o significado de se tornar homem ou mulher. Em uma sociedade marcada por estereótipos de gênero, o desejo alienado ao “tornar-se” homem ou mulher pode contribuir para a antecipação cronológica da iniciação sexual dos/as jovens. Assim, o que era cabível para a última geração, não é para os/as jovens na contemporaneidade, provocando críticas dos mais velhos, que se sentem ameaçados, pois seus modelos de controle não estão mais funcionando no sentido de retardar a iniciação sexual dos/as jovens (Silva & Abramovay, 2007). Nesse contexto, o namoro foi reelaborado para “o ficar” e a sexualidade pode ser experimentada sem o compromisso ou a obrigatoriedade de uma relação duradoura (Junqueira, 2017).

No entanto, o comportamento sexual pode levar jovens a se envolverem em relações sexuais de risco, cujo resultado pode ser uma infecção por ISTs ou uma gravidez não planejada. Tal fato pode estar relacionado ao despreparo dos/as jovens para lidar com a própria sexualidade, onipotência e sentimento de invulnerabilidade, preconceitos, dificuldades em tomar decisões, indefinições de identidade, conflito entre razão e sentimento, necessidade de afirmação grupal e falta de controle sobre os próprios desejos (Gomes, Oliveira & Rezende, 2019). Para além desses fatores, é importante considerar que o exercício da sexualidade também marca o início da vida adulta e que mesmo uma gravidez não planejada pode, simbolicamente, significar o fim da transição entre o ser criança e o ser adulto (Ponciano, Canhoto de Lima, Milton de Lima, Santos & Ferro, 2019).

No que se refere ao uso de métodos contraceptivos, Silva e Abramovay (2007) lembram que eles estiveram durante muito tempo sob os cuidados exclusivos das mulheres; no entanto, a epidemia de HIV/AIDS fez com que ambos, homens e mulheres, adotassem práticas sexuais mais seguras. Contudo, Junqueira (2017) ressalta que apesar de a camisinha ser o único método contraceptivo que previne a transmissão de ISTs, seu uso esbarra em

padrões sociais pautados por relações de gênero, que deixam, principalmente, as mulheres mais vulneráveis a aceitar uma negociação de não uso por parte do parceiro. O estereótipo ligado ao recato feminino faz com que muitas mulheres assumam um comportamento passivo durante a relação sexual, deixando a iniciativa do uso de camisinha, ou não, sob a incumbência do parceiro (Junqueira, 2017). Pode-se observar, então, que o prognóstico para ações preventivas que considerem a importância de métodos contraceptivos, como a camisinha, por exemplo, está ligado à desmistificação da feminilidade passiva.

No âmbito da sexualidade, Moreira, Torres e Bezerra (2016) enfatizam que não só a camisinha ou mesmo a gravidez, mas também as responsabilidades pela contracepção, o aborto e os demais métodos contraceptivos incidem majoritariamente no corpo e na vida das mulheres. Logo, a experiência da sexualidade não é vivenciada da mesma maneira por homens e por mulheres. O foco das políticas de prevenção à gravidez recai, ainda, sobre as mulheres, isentando os homens da responsabilidade. Percebe-se uma dicotomia que concebe a sexualidade como esfera masculina e a reprodução como esfera feminina (Moreira, Torres & Bezerra, 2016).

Concebendo os/as jovens como sujeitos autônomos e capazes de tomar decisões acerca de sua própria vida, entendemos que as estratégias de enfrentamento à gravidez não planejada requerem primariamente recorrer aos/as próprios/as jovens para que opinem sobre as políticas que incidem sobre seus corpos. Acreditamos que é necessário colocá-los/as no centro da discussão, considerando seriamente sua autonomia e capacidade de tomar decisões a respeito de sua vida reprodutiva, bem como de seus desejos, valores e experiências que orientam essas decisões. Foi a partir desses princípios éticos que estruturamos metodologicamente o estágio.

NOTAS SOBRE O MÉTODO UTILIZADO PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Como registrado no texto de introdução, o estágio foi realizado por meio de módulos temáticos e teve como participantes jovens com idades entre 14 e 19 anos. A partir do debate acerca da construção social de masculinidades e feminilidades, de forma mais específica, o módulo temático Sexualidade na Juventude focou questões relativas aos métodos contraceptivos, às ISTs e à gravidez não planejada. Além disso, foram discutidas questões subjetivas e grupais sobre o início da vida sexual, as pressões grupais e a necessidade de autoafirmação que envolvem tal momento da vida. Para organizar as atividades do módulo, foi elaborada uma apresentação dos conteúdos sobre as temáticas, intercalando com um jogo que envolveu balões de ar em três momentos do debate, por meio do qual se buscou envolver todos/as os/as jovens na discussão. Algumas questões para a condução do debate foram registradas em uma folha de papel e inseridas no interior de cada balão, que foi utilizado, em cada momento específico da apresentação do conteúdo, como uma “batata quente”. Para a realização do jogo, a mediadora ficou de costas para o grupo e quando a palavra batata quente foi mencionada o/a participante que estava com o balão na mão procurou estourá-lo para responder à questão registrada.

O encontro foi iniciado com o questionamento se os relacionamentos afetivos e sexuais são iguais para homens e mulheres. Seguindo a discussão, foram abordadas questões sobre os direitos sexuais e reprodutivos, enfatizando o planejamento familiar, bem como a importância dos cuidados com a saúde da mulher e do homem.

Na primeira rodada do jogo, uma pequena história retratou a situação de um garoto que estava iniciando sua vida sexual e não tinha conhecimentos sobre os métodos contraceptivos. Sendo assim, quando a palavra “batata quente” foi pronunciada, o/a jovem que estava com o balão na mão compartilhou com o grupo os seus conhecimentos sobre o tema. Após isso, com o auxílio de dois quadros, nos quais, respectivamente, estavam expostos os tipos de

métodos contraceptivos e os sistemas reprodutores masculino e feminino – ambos disponibilizados pela Unidade Básica de Saúde do bairro onde a ONG estava localizada –, foram apresentadas informações gerais sobre o uso da camisinha feminina e masculina, da pílula e da injeção anticoncepcional, da pílula do dia seguinte, do diafragma e do dispositivo intrauterino (DIU).

Na segunda rodada do jogo, por meio de mais uma breve história, foi solicitado que se buscassem alternativas para uma gravidez não planejada. O terceiro e último balão trouxe uma questão sobre o que são as ISTs e como tratá-las. Como parte do conteúdo apresentado, por meio de imagens e descrição, foram apresentadas algumas informações sobre o HIV/AIDS, a herpes genital, o vírus do papiloma humano, a gonorreia e a sífilis. Enfatizou-se a importância do uso de camisinha nas relações sexuais e o tempo de latência de determinadas doenças. Por fim, em caso de suspeita de ISTs, foi destacada a importância da busca de atendimento especializado realizado por profissionais de unidades de saúde locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES PRODUZIDAS NOS GRUPOS

Quando questionados se os relacionamentos afetivos e sexuais são iguais para homens e mulheres, todos/as os/as jovens afirmaram que não. Por um lado, parte das narrativas se voltou para a ideia de que as mulheres precisavam iniciar sua vida sexual com um namorado, uma vez que quando se relacionam sexualmente com vários homens são consideradas “putas” ou “marmitas”; por outro, os homens são incentivados a exercer sua sexualidade de forma ativa. Silva e Abramovay (2007) afirmam que a sexualidade na juventude é um possibilitador de estruturação da identidade. Trata-se de uma fase decisiva na vida para a demarcação no campo da identidade. Para as autoras, a sexualidade tem um lugar privilegiado na socialização dos/as jovens, havendo uma pressão do grupo de amigos para o início da vida sexual, que apresenta profundas marcas de gênero. A iniciação sexual masculina é uma obrigação social, incentivada pelos amigos e pela família, o que não ocorre com as mulheres, sendo ainda reservado a elas o lugar de pudor (Silva & Abramovay, 2007).

Segundo Saffioti (2004), as mulheres são instruídas de forma a conduzirem as suas sexualidades como caças, enquanto os homens como caçadores; tal comparação salienta a passividade das mulheres diante das relações afetivas e sexuais, em contraponto aos homens, que têm sua masculinidade profundamente atrelada à atividade sexual. Portanto, a mulher que “vai à caça” não é vista com bons olhos por outras mulheres e pelos homens. Na sociedade atual, há ainda a crença de que os homens são sexualmente incontroláveis, diferentes das mulheres.

Sobre a “caçada masculina”, um dos grupos levantou a discussão de que se trata de um comportamento esperado para o homem e que, quando ele não corresponde ao socialmente esperado, ocorre uma pressão grupal. Segundo alguns/mas jovens, a exigência da postura vem, também, das mulheres, que depreciam suas imagens afirmando que não são suficientemente homens. A característica deixa implícita a importância de determinados modelos de masculinidade para a sociedade, pois homem que foge do padrão não é considerado “homem de verdade” (Connell & Messerschmidt, 2013). Sem questionar o preceito cultural, grande parte das mulheres se submete à dominação masculina e reforça o comportamento.

Quando questionados/as sobre quais seriam as possibilidades no caso de uma gravidez não planejada, uma das jovens falou em aborto, o que foi rebatido por outros/as jovens, gerando um grande debate na sala. Um jovem argumentou que deveriam matar a jovem que tiver coragem de fazer isso com o filho. Outro ressaltou que esperaria a criança nascer e que depois a tiraria da mãe caso ela tivesse manifestado o desejo de abortar. Algumas jovens

relatarem que a decisão pelo aborto deve ser da mulher, pois é dela o corpo que estará gerando, cabendo ao pai da criança apenas acatar essa decisão. Uma jovem questionou se seria melhor fazer um aborto ou ter um filho mesmo sem ter condições para criá-lo.

Apesar das leis de criminalização do aborto, segundo o estudo realizado por Jackeline Romio (2017), entre os anos de 2009 a 2014, foram registradas 1.243.158 intenações em decorrência de aborto no SUS, o que representa uma média de 200 mil por ano, dos quais 1.134 dos casos teve como desfecho a morte da mulher (Romio, 2017). O aborto é considerado um grave problema de saúde pública, e diversas conferências internacionais, desde 1994, recomendam que os governos revejam as leis de punição a mulheres que se submetem a abortos ilegais e garantam o acesso a serviços de saúde de qualidade para tratar as complicações decorrentes desses atos (Silva & Abramovay, 2007).

Em outro grupo, em resposta ao questionamento sobre o que os/as jovens poderiam fazer caso ocorresse uma gravidez não planejada, um jovem afirmou que a primeira atitude seria, caso fosse pai da menina grávida, bater nela, porque a culpa seria dela por não ter tomado os devidos cuidados para evitar aquela situação. Se ele fosse seu namorado, pensaria se iria ou não assumir a criança. Notamos que há uma posição de masculinidade patriarcal assumida, sendo que ao pai é permitida socialmente a punição de sua filha pela gravidez não planejada e ao jovem é permitida a escolha da paternidade; por sua vez, não é permitida à jovem a escolha da maternidade.

Os relatos são reflexos das normas sociais que definem moralidades e incidem de maneira muito diferente sobre os corpos de mulheres e de homens; enquanto as mulheres são posicionadas como responsáveis pela reprodução e pelos cuidados maternos, aos homens é esperada a paternidade enquanto suprimento financeiro (Connell & Messerschmidt, 2013). Diante disso, a problemática de uma gravidez não planejada na adolescência é percebida de forma diferente pelos/as jovens. Em análise dos dados do IPEA, Ponciano et al. (2019) apontam que 11,2% dos/as jovens, entre 15 e 17 anos, estão em situação de evasão escolar. Entre as mães adolescentes, somente 2% retornam à escola depois do nascimento da criança. Os dados demonstram a gravidez como um problema social que tende a agravar situações de vulnerabilidade presentes antes mesmo da concepção não planejada.

No entanto, é importante destacar que alguns/mas jovens se posicionaram contrariamente às atitudes punitivistas apontadas pelos/as demais colegas como solução. Para estes/as, a descoberta de uma gravidez não planejada não deve inviabilizar a vida do sujeito, de modo que ambos, mãe e pai, devem assumir a responsabilidade pela gravidez, refazer seus planos, mas não os abandonar. Devem conversar com a família e buscar apoio na rede de convivência pessoal. Segundo León (2007), aos jovens também são assegurados direitos acerca de sua sexualidade. Entre esses direitos, estão a integridade da mulher em decidir acerca do próprio corpo, o reconhecimento da autonomia para as suas decisões, visto que há um contexto cultural que influencia diretamente seus desejos, e, por fim, o respeito à diversidade, considerando as peculiaridades de cada fase da vida e a forma como elas afetam as atitudes em relação à gravidez e à educação dos filhos (León, 2007). Diante disso, o que em um passado recente era preconizado como ideal, para os/as jovens na atualidade agora pode não o ser.

Em grande medida, os grupos temáticos evidenciaram, ainda, que muitos/as jovens, apesar de em idade escolar e já terem participado de diversos programas com ênfase em educação sexual, desconhecem o tema em muitos aspectos. Por exemplo, um dos jovens não sabia o que a sigla DST/IST significa e da existência de infecções sexualmente transmissíveis. Outra jovem relatou que uma alternativa para a concepção indesejada seria tomar a chamada “Pílula do dia seguinte” – método contraceptivo emergencial que pode ser eficaz na prevenção à gravidez se utilizado até 72h após a relação sexual desprotegida (Lacerda, Portela & Marques, 2019) –, demonstrando o

desconhecimento acerca do processo biológico de fecundação do óvulo. Também não sabiam que o coito interrompido não é considerado um método eficaz para a prevenção de gravidez, desconhecendo que antes da ejaculação já há líquido seminal no canal da uretra.

No campo de estudos da Psicologia Social Crítica, entendemos que os modos pelos quais os sujeitos produzem significados e sentidos são considerados centrais ao debate sobre a constituição da subjetividade, tal como preconizado por Vygotski (2015). Nesse contexto, apesar do contato prévio dos/as jovens com os temas abordados no módulo da sexualidade, evidenciaram-se limitações quanto à apropriação dos conhecimentos até então produzidos. Diante disso, percebeu-se que a eficácia do método educativo está entrelaçada com os sentidos atribuídos pelos/as jovens para a temática. É preciso que tais sentidos sejam incorporados no contexto das relações deles/as, provocando assim uma efetiva identificação com a área de estudo (Molon, 2011).

Freire (2013) corrobora os estudos de Vygotski ao afirmar que a tomada de consciência deve ser feita dentro da cultura do sujeito, tendo ela um caráter social. Para o autor, se tentarmos mediar o processo de conhecimento dissertando sobre assuntos do cotidiano dos/as educandos/as, essa conscientização será uma farsa. A educação deve despertar no/a educando/a a consciência crítica, sendo tarefa do/a educador/a problematizar conteúdos e não dissertar sobre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As amplas questões que envolvem a sexualidade na juventude se mostraram ao longo do trabalho como marcadores de identidade. Logo, a discussão implica considerar os significados e sentidos produzidos pelos/as jovens sobre o tema. A presente intervenção possibilitou a compreensão de que o ato sexual e o envolvimento amoroso – ou não – que resulta dele estão associados principalmente às expectativas do grupo e dos/as próprios/as jovens a respeito dos sentidos que essa relação pode trazer.

No que se refere aos sentidos da sexualidade, as narrativas evidenciaram o quanto questões de gênero são constitutivas de expectativas, mostrando que ainda se espera um comportamento sexual por parte das mulheres diferente do esperado para os homens. Aos que não estão dentro desse conjunto de expectativas, cabe o julgamento do grupo e o preconceito que faz com que jovens modifiquem seus comportamentos para serem aceitos, como no caso dos que evidenciaram que existe uma exigência por parte das mulheres de que eles tenham uma postura ativa e relacionem-se com muitas jovens, mesmo que esse não seja o seu desejo.

Foi possível perceber a ausência de espaços de escuta voltados aos/às jovens e a necessidade de problematização de sentidos atribuídos ao ato sexual e às questões de gênero ligadas a ele, que até então não haviam sido possibilitados, visto que a sexualidade ainda é tratada na maior parte dos processos educativos como vinculada aos aspectos relacionados à biologia. Portanto, entende-se como necessário para o avanço da discussão sobre sexualidade na juventude envolver os/as jovens como sujeitos ativos de seu processo de aprendizagem e assim problematizar construções sociais que os/as levaram a atribuir os referidos sentidos para a sexualidade.

Referências

Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Bortolini, A.; Mostafa, M.; Colbert, M.; Bicalho, P. P.; Polato, R. & Pinheiro, T. F. (2014). *Trabalhando diversidade sexual e gênero na escola: currículo e prática pedagógica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, Florianópolis, 21(1), 241-282. Doi: 10.1590/S0104-026X2013000100014.
- Freire, P. (2013). *Extensão ou comunicação?* 18ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, S. S. S.; Oliveira, M. G. & Rezende, J. L. P. (2019). Educação sexual no ensino médio: aula sobre métodos contraceptivos e IST's. *Pedagogia Foco*, Ituarama (MG), 14(12), p. 152-167. Doi: 10.29031/pdf.v14i12.480.
- Junqueira, V. A. (2017). Iniciação sexual: uma análise sobre a experiência da sexualidade na juventude feminina contemporânea. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, 23, p. 263-281.
- Lacerda, J. O. S.; Portela, F. S. & Marques, M. S. (2019). O uso indiscriminado da contracepção de emergência: uma revisão sistemática de literatura. *Id. Online Revista Multidisciplinar de Psicologia*, 13(43), p. 379-386. Doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v13i43.1541>.
- Léon, A. L. P. (2007). Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda na juventude brasileira. *In: Abramovay, M. I.; Andrade, E. R. & Esteves, L. C. G. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. (Cap. 9, p. 268-329). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco.
- Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 613-622. Recuperado de: Doi: 10.1590/S1413-73722011000400012.
- Moreira, M. F. S.; Torres, T. L. M. & Bezerra, M. G. C. (2016). Direitos e autonomia reprodutiva na educação em sexualidade para a juventude: uma análise das ações do ensino superior e ONGS. *Ong & Demo*. Marília, 17(1), 101-120.
- Ponciano, J. K.; Canhoto de Lima, M. G.; Milton de Lima, J.; Santos, S. L. G. & Ferro, E. G. (2019). A maternidade e a evasão escolar de jovens de ensino médio: considerações preliminares. *Artefactum – Revista de Estudos da Linguagem e Tecnologia*, 9(1), p. 1-12.
- Romio, J. A. F. (2017). *Feminicídio no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde* (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Saffioti, H. I. B. (2004) *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 2(20), 71-99.

Silva, L. B. & Abromoway, M. (2007). Construções sobre a sexualidade na juventude. *In: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. (Cap. 8, p. 227-267). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco.

Vygotski, L. S. (2015). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7ed. São Paulo: Martins Fontes.